



Entre delegados, reforma da Previdência é comparada a Holocausto

“É o Holocausto o que estão fazendo com os servidores policiais do Brasil.” A definição foi cunhada pela delegada da Polícia Federal Creusa de Castro Camelier. Para ela, o que é comparável ao genocídio de judeus pelo nazismo é a reforma da Previdência elaborada pelo governo Temer, que inclui policiais federais e outros agentes de segurança na regra que aumenta a idade mínima para aposentar – policiais militares e membros das Forças Armadas estão de fora.

Creusa fez sua analogia em uma mesa debate durante o congresso organizado pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) que ocorre em Florianópolis. Sediado em um resort à beira-mar, o evento se desenrolou tranquilo como a paisagem a sua volta. A exceção foi o debate sobre a reforma da Previdência, que mostrou uma classe determinada a defender seus interesses com vigor.

A delegada usou uma excêntrica lógica matemática para alegar que a reforma não traz benefícios ao Estado. “Por volta de 800 mil policiais militares e membros das Forças Armadas ficaram de fora e pouco mais de 300 mil policiais de âmbito civil foram incluídos no projeto. Qual a lógica tributária disso? Nenhuma, estamos apenas sendo usados de bode expiatório.”

Pela plateia, corriam duas pranchetas para assinaturas. Uma era a lista de presença do evento. Outra era um abaixo-assinado em prol da Proposta de Emenda à Constituição 412/2009, projeto que prevê autonomia funcional, administrativa financeira da PF.

Fundo solidariamente individual

A matemática estava em alta no debate. Sandro Torres Avelar, delegado e ex-presidente da ADPF, contou uma história permeada de cálculos.

“Eu estava em um churrasco com um juiz de Direito e ele me disse ser favorável à reforma. O ponto dele era que se pegasse o percentual de dinheiro de seu salário que ia para a Previdência todos os meses, multiplicasse por todos os anos de carreira e dividisse pelos anos de expectativa de vida pós aposentadoria, o valor mensal seria de pouco mais de R\$ 5 mil. Mas ele se aposenta com o salário integral de quase R\$ 30 mil. Ele disse não ser justo. Eu expliquei que a conta está errada, já que o dinheiro fica rendendo e não parado. Alguns dias depois fui atrás de ver como seria esse rendimento, fiz a simulação e o valor certo seria de fato mais de R\$ 20 mil. Ele passou a concordar comigo”.

Golpe na base

Carlos Eduardo Sobral, atual presidente da ADPF, conclamou a classe para a luta, dizendo que sem embate todos perderão o benefício. A estratégia foi definida: “A população é contra a reforma. Temos que ir na base eleitoral de cada deputado e convencê-la a pressionar seus representantes a não aprovarem o texto como está. Ninguém quer colocar a carreira política em jogo. Por isso tenho certeza que se agirmos, iremos sair vitoriosos”, previu.

Outra tática firmada é que semanalmente cada unidade da Polícia Federal envie representantes para Brasília para que façam o périplo por gabinetes de deputados, convencendo-os a apoiar a Previdência da PF.

Date Created



22/03/2017